



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LETÍCIA CAROLINA MARQUES DE LUNA

**REGINALIDADE (*QUEENSHIP*): ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DO PODER
RÉGIO FEMININO EM MARY STUART**

**RECIFE
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LETÍCIA CAROLINA MARQUES DE LUNA

**REGINALIDADE (*QUEENSHIP*): ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DO PODER
RÉGIO FEMININO EM MARY STUART**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Universidade Federal de
Pernambuco (UFPE), como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharela em
História.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Augusto Ribeiro.

**RECIFE
2023**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Luna, Leticia Carolina Marques de .

Reginalidade (queenship): estratégias de manutenção do poder régio
feminino em Mary Stuart / Leticia Carolina Marques de Luna. - Recife, 2023.
46p : il.

Orientador(a): Felipe Augusto Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Bacharelado,
2023.

1. Mary Stuart. 2. Reginalidade . 3. Rainhas. I. Ribeiro, Felipe Augusto.
(Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

LETÍCIA CAROLINA MARQUES DE LUNA

**REGINALIDADE (*QUEENSHIP*): ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DO PODER
RÉGIO FEMININO EM MARY STUART**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Universidade Federal de
Pernambuco (UFPE), como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharela em
História.

Aprovado em: 12/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Felipe Augusto Ribeiro (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dr. Mariana Bonat Trevisan (Examinador Externo)
Centro Universitário Internacional Uninter

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Mércia Pollyanny, que foi a pessoa que mais me incentivou e me apoiou não só durante toda a minha trajetória dentro da universidade, como em todos os momentos da minha vida, me ensinando a importância do estudo superior na vida de qualquer pessoa. Tudo que fiz e faço sempre será para você, mãe. Esse sonho é nosso.

Às minhas amigas da universidade, Evellyn e Mariana, que me ajudam desde 2019 quando ainda éramos adolescentes iniciando uma nova fase na nossa vida. Vocês foram muito importantes para meu amadurecimento pessoal e acadêmico, não sei se estaria aqui sem o apoio de vocês.

Em especial a Ana Beatriz, Thays, Eduarda e Larissa: amigas e pessoas importantes e mais próximas da minha vida, que acompanharam toda a minha trajetória de perto, sempre me incentivando e estando ao meu lado quando mais precisei. Tornando a minha vida mais fácil durante esses meses de tensão para a escrita deste trabalho.

E, por fim, ao meu orientador Felipe, que me instruiu durante todo esse tempo e foi fundamental para a construção deste trabalho e para o meu amadurecimento acadêmico. Você foi essencial para essa jornada.

RESUMO

O presente trabalho analisa as estratégias adotadas pela rainha da Escócia, Mary Stuart, para a manutenção do seu poder régio entre os anos de 1542 e 1567. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, juntamente com a análise documental de suas cartas disponibilizadas na coletânea *Queen Mary's Book: a Collection of Poems and Essays by Mary Queen of Scots*, editada por Philip Stewart Mackenzie Arbuthnot (1907), foram identificadas as principais estratégias utilizadas pela rainha para manter-se no poder, apesar das inúmeras tentativas de dominação masculina. Para esta análise, foi necessária a compreensão do contexto social, político e religioso da Escócia do século XVI, juntamente com as questões de gênero muito discutidas durante sua regência. Dentre as estratégias identificadas, destacam-se a instrução formal, o uso do casamento para a formação de alianças políticas juntamente com a maternidade para a manutenção da sua dinastia. A partir do método comparativo, proposto por José D'Assunção Barros e Jürgen Kocka, é possível identificar as distinções entre as táticas utilizadas por Mary e sua prima Elizabeth, trazendo resultados que demonstram que as estratégias adotadas por Mary foram cruciais para a manutenção da sua dinastia.

Palavras-chave: Reginalidade. Mary Stuart. Rainhas.

ABSTRACT

The present work analyzes the strategies adopted by the Queen of Scotland, Mary Stuart, for the maintenance of her royal power between the years 1542 and 1567. From a bibliographical research, along with the documentary analysis of his letters, available in the collection: Queen Mary's Book: a Collection of Poems and Essays by Mary Queen of Scots, edited by Philip Stewart Mackenzie Arbuthnot (1907), the main strategies used by the queen to remain in power, despite numerous attempts at male domination, were identified. For this analysis, was necessary to understand the social, political and religious context of Scotland in the 16th century, together with the gender issues much discussed during her queenship. Among the identified strategies, formal instruction, the use of marriage to form political alliances, together with motherhood to maintain their dynasty stand out. From the comparative method, proposed by José D'Assunção Barros and Jürgen Kocka, it is possible to identify the distinctions between the tactics used by Mary and her cousin Elizabeth, bringing results that demonstrate that the strategies adopted by Mary were crucial for the maintenance of her dynasty.

Keywords: Queenship. Mary Stuart. Queens

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	8
1.1 Descrição das fontes primárias	8
1.2 Problematização	9
1.3 Objetivos	9
1.4 Fundamentação teórica	10
1.5 Metodologia	11
1.6 Hipótese	12
1.7 Plano de redação e critérios de edição do trabalho	12
CAPÍTULO II – MARY STUART E O PAPEL FEMININO NA POLÍTICA DO SÉCULO XVI	13
2.1 <i>Queenship</i> , gênero e a História das Mulheres na Escócia do século XVI	13
2.2 A reforma de 1560 e seus impactos sobre as mulheres na Escócia	18
CAPÍTULO III – MANUSCRITOS DE UMA RAINHA	23
3.1 Os bens de Mary Stuart como testemunhos de sua vida política, cultural e social	23
3.2 As cartas de Mary: fontes para o estudo do <i>queenship</i>	26
CAPÍTULO IV – MARY E ELIZABETH: ESTRATÉGIAS EM CONFRONTO	32
4.1 História Comparada e o contexto de Mary Stuart e Elizabeth Tudor	32
4.2 O retorno de Mary à Escócia e o casamento como estratégia política	34
4.3 Terceiro casamento e fuga para a Inglaterra	38
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	45
1. <i>Fontes primárias (documentos)</i>	45
2. <i>Fontes secundárias (bibliografia)</i>	45

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Em primeiro plano, é importante pontuar que todo historiador faz parte de um determinado “lugar social”, o que explica que sua ideologia está constantemente pautada em suas experiências pessoais – tornando impossível separar essas vivências do fazer história. Ao pensar no ato de se fazer história, Hayden White afirmou que “os nossos discursos sempre tendem a escapar dos dados e voltar-se para as estruturas de consciência em que estamos tentando apreendê-lo” (1994: 13). Portanto, é impossível a separação das construções historiográficas do cerne do próprio historiador, e, com isso, teremos a existência de construções narrativas influenciadas pelas experiências pessoais e pautadas no lugar social e tempo-histórico do seu autor.

A partir desse processo, o papel feminino nos grandes acontecimentos históricos por muito tempo foi submetido a um local de subalternidade, tendo sido as mulheres retratadas por muitos como agentes passionais dos grandes acontecimentos históricos. Ao se referir às rainhas medievais, a estudiosa Theresa Earenfight (2013) afirma que as narrações históricas – protagonizadas por homens – por muito tempo retrataram a monarquia como um mundo de homens, que, ao incluir mulheres em local de poder político, são consideradas lições morais do que não se deve fazer. Um exemplo desse apagamento são as narrativas históricas acerca de Mary Stuart (1542-1587), rainha da Escócia, que passaram por diversas reformulações. Ora Mary é colocada como uma rainha mal orientada e dispersa a qualquer estudo em relação às questões do estado, como pontua Bárbara Heliodora (1978), ora ela é vista como uma rainha que “tentou governar como um rei e morreu por suas decisões”, como afirma Kate Williams (2018: 11). São perceptíveis as divergências interpretativas e narrativas sobre a figura histórica da Rainha da Escócia, influenciadas completamente pelo tempo histórico de seu orador.

1.1 Descrição das fontes primárias

O caso de Mary evidencia que as narrativas históricas estão em constantes modificações e que novas análises historiográficas estão sendo restabelecidas e perpetuadas no mundo contemporâneo. Em consonância com tais movimentos, este trabalho propõe uma releitura do papel feminino nas narrativas políticas da história, por meio do caso de Mary Stuart. O *corpus* documental desta atividade será composto pelos manuscritos da rainha escocesa, disponibilizados na obra *Queen Mary's Book: a Collection of Poems and Essays by*

Mary Queen of Scots, editado por P. Stewart-McKenzie Arbuthnot, publicada no início do século XX pela George Bell & Sons. O livro disponibiliza escritos autógrafos da rainha, sobretudo acerca de sua vida pessoal, tornando possível visualizar a figura histórica para além das narrativas operadas por homens. Por meio delas, podemos analisar e compreender as escolhas de uma mulher do século XVI e as imposições que uma posição de poder político lhes colocava.

Nessa coletânea, Arbuthnot disponibilizou diversos documentos fundamentais para a construção bibliográfica desta pesquisa, sendo eles as cartas e poemas escritos pela figura histórica, que ajudarão a compreender a voz de Mary Stuart, suas opiniões, imposições e estratégias políticas.

1.2 Problematização

Diante disso, o problema principal aqui proposto é: qual a atuação de uma mulher como Mary Stuart, na Escócia do século XVI, levando em conta seu governo, inserido num determinado contexto social e político? Como sua posição foi interpretada pela sua sociedade e quais foram as consequências dessa interpretação?

1.3 Objetivos

A partir dessas perguntas, busco problematizar os papéis sociais e as condições impostas às mulheres monarcas durante esse período. Pretendo também entender a origem e as consequências dessas imposições no contexto da figura histórica em questão. Com isso, os objetivos específicos são:

- a) estabelecer um marco teórico adequado para abordar o caso de Mary Stuart;
- b) analisar e interpretar os documentos autógrafos da rainha, no intuito de perceber como ela falava de si mesma e como via o mundo e o papel que desempenhava nele;
- c) comparar Mary a Elizabeth I, outra rainha, que viveu no mesmo ambiente da nossa protagonista e com a qual Mary estabeleceu intensos diálogos.

Cada uma dessas metas será tratada individualmente, nos três capítulos deste trabalho, conforme se segue abaixo.

1.4 Fundamentação teórica

A fundamentação teórica desta pesquisa servirá de alguns conceitos. Em primeiro plano, é fundamental a compreensão de gênero como categoria de análise, tal qual Joan Scott propõe em suas pesquisas. Durante a Contemporaneidade, com o crescimento dos movimentos feministas durante o século XX, o estudo da História das Mulheres entrou em vigor com maior intensidade. Várias historiadoras mulheres buscaram trazer uma nova percepção de história para além das narrativas contornadas única e exclusivamente de feitos dos homens para os homens. Ainda segundo Scott e outras pesquisadoras de gênero, para pensar em inscrever as mulheres na história é necessário fazer uma reformulação de noções tradicionais do que seria historicamente importante. Ou seja, pensar em mulheres como protagonistas de movimentos históricos, será, automaticamente, repensar toda uma construção historiográfica desses fatos, para incluir tanto as experiências pessoais quanto as atividades públicas e políticas.

Os estudos da historiadora Louise Tilly (1994) também farão parte da fundamentação teórica desta pesquisa. Como a autora afirma, as mulheres, mesmo que definidas pelo sexo, estão além da categoria biológica. São seres que existem socialmente e compreende pessoas em diferentes lugares sociais, logo, com diferentes experiências pessoais. Portanto, suas vidas são moldadas por diferentes regras sociais e costumes. Dessa forma, pensar em gênero como uma categoria de análise se torna indispensável no estudo das rainhas medievais.

Outro conceito fundamental para o desenrolar desta pesquisa é o denominado *queenship*, que no português é traduzido para “reginalidade”. Desenvolvido por, dentre outros autores, John Parsons (1990), o *queenship* visa a pensar nas rainhas medievais como agentes políticos de seu tempo, indo contra os estigmas relacionados a essas mulheres e seu gênero. Estudos como o dele abriram grandes possibilidades para pensar o gênero na Idade Média, discutindo, nesse contexto, de que forma as rainhas medievais exploraram os seus poderes e como suas ações foram vistas pela sociedade – se tratando não apenas da sociedade medieval, como também moderna e contemporânea. Como aponta Michel de Certeau (2008), todo historiador faz parte de um determinado “lugar social”, o que explica que sua ideologia está constantemente pautada em suas experiências pessoais – tornando impossível separar essas vivências do fazer história. Portanto, pensar nas rainhas medievais a partir do conceito de *queenship* é repensar em toda uma escrita/interpretação historiográfica em relação a essas mulheres.

Kate Williams também faz parte da fundamentação teórica desta pesquisa, ao trazer análises biográficas a partir do conceito de *queenship*, buscando reinterpretar os manuscritos de Mary Stuart por um novo viés científico, unificando o gênero como categoria de análise juntamente com as novas interpretações historiográficas pautadas no conceito de *queenship*. Dessa forma, essas produções bibliográficas pretendem localizar as discussões aqui apresentadas em relação ao seu espaço-temporal. Com base nesses questionamentos, o objetivo principal desta pesquisa é investigar as diferentes formas de atuação e as estratégias políticas de Mary Stuart a partir dos documentos escritos por ela. Ou seja, refletir, a partir desses documentos, sobre como a monarca se evidenciava por meio da escrita, juntamente com a tradução dessas cartas disponibilizadas pela estudiosa P. Stewart-McKenzie Arbuthnot, em sua coletânea de documentos da Mary Stuart.

Ambos os conceitos – *queenship* e gênero – serão mais amplamente discutidos em seguida, no capítulo 1 deste trabalho.

1.5 Metodologia

A partir disso, na construção da análise desta pesquisa será utilizado o método comparativo, proposto, entre outros, por José D'Assunção Barros (2007). O autor propõe a comparação como um método de análise através do qual um objeto específico será posto em destaque em relação ao outro, tornando-se viável a análise de semelhanças e distinções entre as duas realidades, sendo possível verificar a ausência de elementos em um ou outro. Jürgen Kocka (2003) também é importante nesta construção, pois o autor propõe que o método comparativo pode ser utilizado para identificar mudanças sociais e históricas. A aplicação desse método é pertinente nesta pesquisa para dois níveis de análise: primeiro, a comparação interna, feita entre os diversos escritos (como cartas e poemas) de Mary; segundo, a comparação externa, entre as estratégias de exercício e manutenção do poder protagonizadas por ela e aquelas empreendidas por sua prima Elizabeth I (1533-1603), visto que ambas disputaram a ascensão política no mesmo contexto sócio-temporal. A comparação externa com sua prima Elizabeth se faz necessária para entendermos as estratégias políticas assumidas por Mary, no seu contexto de disputa com Elizabeth, necessárias para o objetivo deste trabalho: entender a maternidade como forma de atuação política. Partindo desse pressuposto, o método comparado, a partir da análise bibliográfica das duas rainhas, permitirá pensar questões importantes em contextos diferentes, através de olhares múltiplos com distintas análises.

1.6 Hipótese

Por meio da análise comparativa, o projeto levanta a seguinte hipótese: a estratégia de Mary para exercer e manter o seu poder teria sido a maternidade, podendo dar continuidade a sua dinastia. Pois, ao contrário da tática de sua prima Elizabeth I, que optou por governar, até a sua morte, sem casamento nem filhos, Mary, ao dar à luz a James VI (1566-1625), teria conseguido manter a sua linhagem vigente por mais tempo, a partir do momento em que ele se tornou rei não só da Escócia, mas também da Inglaterra, que pertencia a Elizabeth. Dessa forma, podemos compreender as estratégias adotadas pela rainha escocesa por outro viés, afinal, não são somente os atores que se sobressaem em um determinado espaço-tempo que são os mais autênticos. Como resultado, a investigação pretende colocar em debate a posição de uma mulher numa monarquia, considerando o seu gênero e suas ações de governo.

1.7 Plano de redação e critérios de edição do trabalho

O trabalho será dividido em três capítulos, um para cada objetivo específico do trabalho. No primeiro busco apresentar o contexto histórico da Escócia durante os primeiros anos de vida da rainha escocesa, e, juntamente com isso, levantar uma discussão sobre o *queenship*, gênero e religião na Europa do século XVI, aspectos que são fundamentais para entender o segundo capítulo. O segundo trará a análise dos escritos de Mary, buscando pensá-la para além das narrativas vigentes sobre sua vida, analisando sua própria voz e interpretando suas estratégias políticas a partir de seus escritos. O terceiro e último visa à análise comparativa entre Mary e Elizabeth I, trazendo a vida da Mary durante sua regência na Escócia, momento no qual as disputas se iniciaram, juntamente com a análise de suas estratégias políticas.

Quanto à edição deste trabalho, defini os seguintes critérios. Optei por transcrever, em notas de rodapé, os textos originais (em língua inglesa) das fontes consultadas. Informo também que todas as traduções desses textos são de minha autoria.

CAPÍTULO II – MARY STUART E O PAPEL FEMININO NA POLÍTICA DO SÉCULO XVI

Nascida em 1542, filha legítima de Jaime V (1512-1542)¹ e Maria de Guise (1515-1560)² e sucessora do trono escocês, Mary Stuart ou Maria I da Escócia foi a rainha da Escócia de 1542, logo após a morte do seu pai, até sua abdicação em 1567. A vida da rainha da Escócia é uma ampla fonte de estudos históricos sobre a política da monarquia escocesa, e, atualmente, muito associada aos estudos sobre as Rainhas Medievais, baseados no conceito de *queenship* iniciado por John Parsons (1990). De acordo com Parsons, as rainhas são o mais próximo de autoridade política quando se pensa em História das Mulheres na Idade Média, sendo, desta forma, um dos principais focos de estudos políticos em relação às mulheres. Em concordância com o autor, em primeiro lugar, é importante ressaltar que ao pensar o governo de Mary Stuart a partir do *queenship* é necessário se desprender de narrativas limitadas de retratar rainhas como penderes morais de seus maridos e filhos, pensando-as como agentes políticos de seu espaço e tempo.

2.1 *Queenship*, gênero e a História das Mulheres na Escócia do século XVI

Queenship é um conceito atualmente muito estudado que, de acordo com a maioria dos autores, afirma que as rainhas medievais possuem uma certa prerrogativa de poder que depende de vários fatores. Dentre eles, destacam-se: a maternidade bem-sucedida, capacidade de atuar junto ao rei e a origem familiar dessas mulheres. Como bem pontua Danielle de Oliveira Santos (2021), a história por muito tempo foi contada por homens; sobre seus reis, seus conselheiros, seu governo e suas realizações. As narrações históricas - protagonizadas por homens - por muito tempo retrataram a monarquia como um mundo de homens que só incluía mulheres em local de poder político quando eram indispensáveis para as narrativas históricas ou quando eram alvos de críticas árdas. Dessa forma, a principal crítica do *queenship* está nas narrativas historiográficas, onde as rainhas não são vistas como agentes históricos sérios, apenas mulheres (passionais e sentimentais) casadas com grandes homens.

A vida da rainha da Escócia trouxe questões importantes em relação a como a sociedade pensa nas mulheres e nos seus direitos de governar. Enquanto os reis podem ser autoritários e são parabenizados por tomar decisões e comandar de forma absolutista, as

¹ Rei da Escócia de 1513 até sua morte em 1542, filho de Jaime IV e Margarida Tudor.

² Mãe de Mary e Rainha-consorte da Escócia de 1538 até a morte de seu marido, em 1542.

rainhas precisam se desfazer de alguns poderes por sua sobrevivência, precisam trabalhar mais próximas de ministros e aceitar a percepção dos mesmos homens. Em *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*, Joan Scott afirma que o gênero tem sido utilizado literal ou analogicamente na teoria política para justificar ou criticar o reinado de monarcas e para expressar as relações entre governantes e governados (1995: 89). A pesquisadora define o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995: 86). Portanto, ao decorrer dos processos históricos em sociedades de cultura majoritariamente influenciadas pelo cristianismo, os homens têm ocupado posições de poder e privilégio em relação às mulheres, resultando em uma hierarquização de poder baseada nas diferenças entre os sexos. Essa hierarquização de poder é perceptível tanto no passado, quanto no presente, demonstrando as desigualdades sociais entre homens e mulheres que, ao longo do tempo, se enraízam na sociedade trazendo novas facetas.

Outro lado interessante para analisar as distinções entre os estudos de monarcas homens e mulheres e as novas facetas dessas relações de poder é a diferença entre o peso científico desses trabalhos, essa distinção se dá por uma construção ideológica baseada nos estereótipos de gênero que se enraízam historicamente na sociedade, no qual o estudo de ações femininas, em específico de rainhas, é visto de forma menos científica e mais romantizada. Como bem pontua Joan Scott, o gênero é uma categoria de análise histórica, sendo importante para entender como corpos femininos são induzidos ao longo da história, e, principalmente, como sobrevivem, sendo não apenas uma resposta para perguntas, mas um “fazer perguntas históricas”. Portanto, é importante ressaltar o valor científico dessas pesquisas, deixando de lado os estereótipos de gênero tão presentes na sociedade, e, com isso entendendo como o gênero dá sentido a percepção do conhecimento histórico. Para que assim não só analisemos a relação entre a experiência masculina e feminina no passado, mas também a relação entre a história passada e a prática histórica presente.

Dessa forma, para entendermos as atitudes e estratégias políticas da rainha da Escócia durante o século XVI, julgo necessário, em primeiro lugar, a análise e a discussão de dois pontos primordiais para os estudos das mulheres nas relações monárquicas da Europa Medieval: religião e gênero. Jane E.A. Dawson, em sua obra *The Politics of religion in the age of Mary, Queen of Scots* (2002), e Kristen Post Walton em sua obra *Catholic Queen, Protestant Patriarchy Mary, Queen of Scots and the politics of gender and religion* (2007) trazem aspectos fundamentais para se entender o contexto social e político da Escócia do

século XVI, trazendo as alianças políticas pautadas na ascensão do protestantismo na Europa, e a influência do protestantismo no governo de Mary.

Assim como toda a Europa, a Escócia do século XVI passa por um contexto de disputa religiosa iniciada e propagada com a Reforma Protestante, tendo como seu principal Líder Martinho Lutero (1483-1546)³. Flavio Lemos de Alencar, em seu artigo *Protestantismo e política na Escócia de Maria Stuart (1542-1567)* (2016), traz uma breve explicação sobre as convicções religiosas de Jaime V, rei da Escócia e sobrinho de Henrique VIII (1491-1547)⁴, que não se juntou ao seu tio contra a Igreja Católica (de vocação universal) e se recusou a separar a Igreja Escocesa da Igreja Universal, promovendo perseguição contra a pregação herética em seu reino. Assim, ele se impôs como um monarca católico e dando continuidade a *Auld Alliance*⁵ com a França, também católica. Aliança que levou ao casamento de Mary Stuart com o príncipe francês Francisco II (1544-1560)⁶.

A disputa religiosa entre a Escócia e a Inglaterra carregou, por muito tempo, o destino do reino escocês e da vida de Mary Stuart, visto que ela era uma líder católica convicta, assim como o seu pai. Para Dawson (2002), dois eventos foram primordiais para tornarem as relações anglo-escocesas ainda mais complicadas. O primeiro sendo o casamento de Mary Stuart com o príncipe francês Francisco II em 1558, fortalecendo a união entre os dois países católicos. O segundo evento foi a morte de Mary Tudor (1516-1558)⁷, também em 1558. Com a morte da rainha, Mary Stuart, filha legítima de Jaime V, se torna a principal sucessora do trono inglês para aqueles que não acreditavam que Elizabeth I (1533-1603), por ser considerada bastarda pelos católicos, teria direito ao trono inglês.

³ Nascido na Alemanha, Martinho Lutero foi um monge agostiniano e professor de teologia, um dos principais líderes da reforma protestante.

⁴ Rei da Inglaterra de 1509 até sua morte em 1547, fundador da Igreja Anglicana e filho de Henrique VII da Inglaterra e Isabel de Iorque.

⁵ Aliança iniciada em 1295 entre a Escócia e a França contra a Inglaterra.

⁶ Casado com Mary Stuart em 1558, Francisco II foi o rei da França e da Escócia de 1559 até a sua morte, em 1560.

⁷ Rainha da Inglaterra de 1553 até a sua morte em 1558, filha de Henrique VIII com sua primeira mulher Catarina de Aragão.

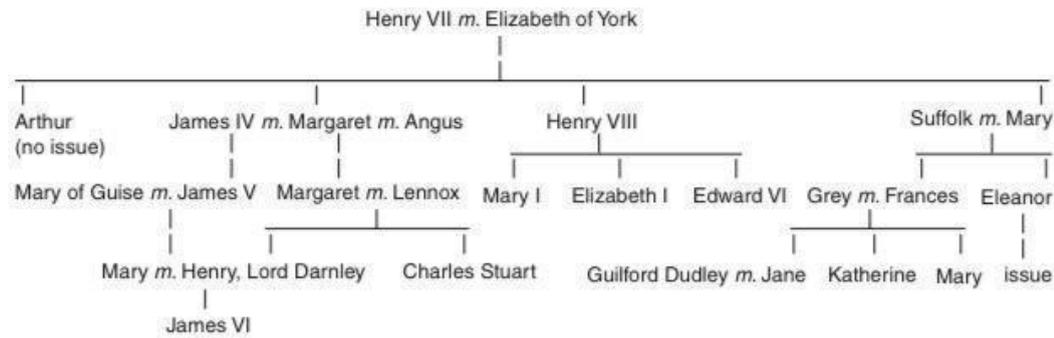


Imagem 1 – Mary Stuart descendente de Henrique VII (Fonte: WALTON: 52)

A imagem acima demonstra de forma mais clara os laços parentescos de Mary Stuart, tanto quanto os de Elizabeth I. Como já dito, Mary é descendente direta de Henrique VII, por meio do seu pai, Jaime V, filho de Jaime IV. Enquanto Elizabeth é descendente do segundo casamento de seu pai, Henrique VIII, com Ana Bolena (1501-1536). Matrimônio este que não foi aprovado pela Igreja Católica. É necessário entender sua ascendência para que possamos compreender sua posição política e sua reginalidade.

Mesmo com a sucessão de Elizabeth I ao trono inglês, a França não a reconheceu como rainha legítima do trono e Mary e Francisco adotaram as armas e títulos ingleses, reforçando sua reivindicação ao trono (DAWSON, 2002: 88). O casamento de Mary e Francisco foi bastante significativo para a França, Williams afirma que a rainha se tornara uma condutora para o poder masculino, pois, por meio dela, a coroa inglesa seria transmitida de “pai para filho” (WILLIAMS, 2018: 16).

Assim como muitos autores afirmam, pode-se perceber que a rainha escocesa foi, por muito tempo, negligenciada pelos adultos ao seu redor e vista apenas como um meio para a conquista masculina de poder monárquico. Cabe pontuar que Mary se casou com o príncipe da França com apenas dezesseis anos de idade, e com isso, nove dias antes do casamento, Mary assinou publicamente um documento oficial que teve a aprovação do seu parlamento em Edimburgo, na Escócia. Nesse documento ela jurou manter os direitos e deveres do reino escocês, como aconteceu em toda a história da Escócia. Enquanto ela estivesse na França, a Escócia seria governada por sua mãe Maria de Guise como regente e o rei da França encarregava-se de proteger o reino. Além disso, com o documento ficou combinado que Francisco II, quando se tornasse rei da França também se tornaria rei da Escócia, e governaria ambos os reinos. Mary só poderia ser a rainha-consorte da França, pois, de acordo com a lei francesa, mulheres eram proibidas de governar. Portanto, o filho de Mary e Francisco seria o herdeiro de ambos os países, entretanto, se ambos só tivessem filhas mulheres, a herdeira

seria apenas rainha da Escócia e a coroa francesa seria passada para o parente masculino francês mais próximo (WILLIAMS, 2018: 17). Com a assinatura desse documento a rainha escocesa renunciava a parcela do seu poder, sendo um meio de conquista da Inglaterra para a França, porém sem retorno de estabilidade política sozinha. Com isso, fica claro que os acordos para o casamento propostos pelo rei da França tinham como objetivo, além da dominação da Inglaterra, a ideia de que mulheres não podiam e não deviam governar.

Por muito tempo as mulheres foram consideradas inferiores aos homens em termos de capacidade intelectual e física e eram sempre associadas a palavras negativas como tentação, fraqueza e submissão. Essa visão foi reforçada pela Igreja Católica, que considerava as mulheres como inferiores em termos espirituais, já que acreditava que a mulher era responsável pela transmissão do pecado original, segundo a história de Adão e Eva. Maria Filomena Dias Nascimento, em seu artigo *Ser mulher na Idade Média* (1997), fala sobre a influência do cristianismo na construção do pensamento europeu medieval em relação às mulheres e seus papéis sociais. Segundo a autora:

Pode-se perceber que a igreja está profundamente afetada pela imagem negativa que a tradição judaica criou em torno à primeira mulher: Eva. Segundo Filo, Eva é um ser pecador, incapaz de resistir à tentação, pelo que é necessário submetê-la à tutela masculina. Ao ser a primeira mulher, Eva passa a projetar sua carga de pecadora sobre a existência feminina (1997: 85).

Essa construção social do ser mulher, seus papéis sociais e a necessidade de submissão ao sexo masculino fundamentada pelas tradições judaicas e reforçadas pelo cristianismo criou e reforçou a desigualdade de gênero durante toda a história da Europa medieval, demonstrando o papel fundamental da religião na criação e na imposição da ideia de que a mulher seria, por natureza, incapaz. E, por isso, era papel do homem comandá-la, jamais o contrário. Com isso, é importante entender que no contexto do Ocidente Medieval a construção do papel feminino é completamente pautada na religião, que foi fundamental para a construção dos aspectos sociais, culturais e políticos dessa sociedade.

Durante o período que estamos analisando, três potências europeias eram governadas por mulheres; a Inglaterra com Elizabeth I, a Escócia com a Mary Stuart, e a França com Catarina de Médici (1519-1589)⁸. Paralelo a isso, houve uma ascensão de movimentos contra o governo dessas mulheres, protagonizados, principalmente, por líderes protestantes, como o caso de John Knox (1514-1572), que publicou em 1558 seu livro *The First Blast of the*

⁸ Catarina de Médici foi a rainha-consorte da França a partir do seu casamento com Henrique II em 1547 até a morte do seu marido, e mãe de Francisco II.

Trumpet against the monstrous regiment of Woman (1558)⁹, direcionado às rainhas Mary Stuart, Catarina de Médici, Maria de Guise e Mary Tudor. Ali Knox afirmou que mulheres em local de poder político vão contra as regras da natureza e as ordens de Deus, pois nenhum homem deve ser governo pelo denominado “sexo frágil”. Esse livro foi utilizado pelo reformista e seus adeptos para incentivar a perseguição, principalmente, contra a rainha Mary Stuart a partir da sua volta às terras escocesas.

A instabilidade política na Escócia enquanto Mary se encontrava na França, desde seus primeiros anos de vida, não diminuiu durante a regência de Maria de Guise, e essas disputas religiosas no reino escocês foram intensificadas durante esse período de transição, a reforma passava de uma crise religiosa na Escócia para uma rebelião no reino, com a depredação de igrejas, altares católicos e mosteiros. Para a maioria dos autores, como Walton (2007), Dawson (2002) e Williams (2018), a pretensão do rei da França, Henrique II (1519-1559)¹⁰, ao se recusar a reconhecer Elizabeth como sucessora do trono inglês e impor Mary como sucessora legítima, foi o estopim para as disputas entre as duas monarcas, causando a intensificação da reforma protestante em terras escocesas.

2.2 A reforma de 1560 e seus impactos sobre as mulheres na Escócia

Durante a permanência de Mary na França, graças ao seu casamento com Francisco II, a Escócia foi governada por Maria de Guise, como regente. Não demorou muito para que as rebeliões causadas pela reforma protestante atingissem a regente do país, que foi deportada em 1560 pelos Lordes da Congregação, em nome de Mary Stuart e Francisco II. Os Lordes eram um grupo de nobres escoceses que firmaram uma aliança política e militar com o objetivo de implantar o protestantismo na Escócia católica. Segundo Alencar, John Knox, até então o líder do partido protestante da Escócia, ao ficar ciente que a Inglaterra se tornou protestante com a liderança de Elizabeth I entra em contato com a rainha por meio de Robert Cecil¹¹ para buscar apoio a causa protestante, e, como esperado, recebe simpatia da coroa inglesa. Portanto, em fevereiro de 1560, os Lordes da Congregação¹² assinaram um decreto

⁹ No Brasil, a obra de Knox foi publicada com o título de O Primeiro Soar da Trombeta: Contra o Monstruoso Regimento de Mulheres.

¹⁰ Henrique II foi o rei da França de 1547 até sua morte em 1559, e pai de Francisco II.

¹¹ Principal conselheiro da rainha Elizabeth I.

¹² Os Lordes da Congregação foram um grupo de líderes protestantes escoceses, entre eles John Knox, que firmaram alianças políticas com a Inglaterra para a implantação do protestantismo na Escócia. Eles eram críticos diretos da regência de Maria de Guise.

abandonando a *Auld Alliance*¹³ com a França e adotando como aliados a Inglaterra, dando início a uma revolução diplomática (DAWSON, 2002). Dawson afirma que Elizabeth I formou a aliança com esse grupo de escoceses que lutavam contra a regência de Maria de Guise e sua filha, Mary.

Foi revelado em dois documentos concluídos em julho de 1560. O primeiro foi o triunfo diplomático pessoal de Cecil, o Tratado de Edimburgo, que garantiu a ascendência protestante na Escócia, consolidando a aliança anglo-escocesa e a revolução diplomática que ela havia produzido (DAWSON, 2002: 10).

Com a morte de Maria de Guise, no mesmo ano, logo após a sua deportação, o parlamento escocês foi ocupado pelos Lordes da Congregação. Portanto, eles criaram um parlamento em agosto de 1560 para tornar o protestantismo a religião oficial da Escócia. A rainha foi completamente excluída da Reforma de 1560, e, na verdade, nunca a oficializou. Mesmo assim, o protestantismo se tornou uma religião nacional, com a separação da Igreja Escocesa de Roma (WALTON, 2007). Com isso, a Escócia passava por um período de agitação presbiteriana, no qual a influência calvinista se tornou maior do que a influência luterana, fazendo com que a divisão entre anglófilos e francófilos dominasse todas as regiões da Escócia. Segundo Alencar: “é um traço frequentemente presente nas culturas marcadas pelo calvinismo a noção de constituírem um povo eleito, predestinado por Deus, e considerarem as outras nações como povos votados à condenação eterna, ou, pelo menos, de categoria inferior” (ALENCAR, 2016: 15).

Esse aspecto do protestantismo é perceptível, principalmente, no teólogo John Knox ao criar uma aliança com a coroa inglesa, mesmo sem aceitar por completo o fato de que o país era governado por uma mulher. Ao tornar-se aliado da Inglaterra, seja por interesse religioso, seja por interesse financeiro, Knox demonstra maior simpatia à rainha inglesa após sua imposição como uma monarca protestante. Alencar afirma que Knox buscou retratar-se com Elizabeth por seu panfleto contra o governo feminino, deixando claro que o seu maior inimigo em comum com Elizabeth era o catolicismo defendido por Mary Stuart, por acreditar que os protestantes seriam o povo eleito por Deus. Com isso, podemos perceber que mesmo que Mary e Elizabeth fossem mulheres, para os protestantes a fé pessoal de Mary se tornou também um alvo contra seu governo. É importante pontuar que mesmo com o problema do catolicismo da rainha escocesa, seu gênero não parou de ser alvo do líder religioso e seus

¹³ A *Auld Alliance* ou Velha Aliança foi uma aliança política feita em 1295 entre a França e a Escócia contra a Inglaterra.

seguidores, que deixou claro em diversos discursos sua repulsa à ideia de mulheres em local de poder político. Em um dos seus ataques ao governo feminino, Knox escreveu:

Deixe que as mulheres fiquem caladas na congregação, não é permitido que elas falem nesse quesito, mas que sejam submissas como está na lei. Esses dois testemunhos do espírito santo são suficientes para provar o que venho afirmando, para impedir o orgulho desmedido das mulheres e para corrigir os tolos que estudam para exaltar a autoridade das mulheres sob os homens, contra a Deus e contra sua palavra. (1558: 17)¹⁴.

Neste trecho dois aspectos se destacam. O primeiro é a sua ânsia em impedir que as mulheres tenham voz em qualquer decisão política. Para ele, mulheres não só não deviam governar como também não tinham o direito de falar em congressos, sendo completamente impedidas de ter opiniões políticas. Outro ponto interessante é sua crítica aos estudiosos que defendiam o direito das mulheres de governar, que mostra a existência de estudos contra essa ideia misógina defendida pelo reformista. Além disso, Knox critica de forma ácida os que estudam para reformular diferentes interpretações dos escritos bíblicos, pois, para ele, defender que as mulheres possam opinar é ir contra a palavra de Deus.

Em outro trecho, Knox escreveu: “então, eu digo: em sua maior perfeição a mulher foi criada para ser submissa ao homem. Após sua falha e rebelião contra Deus, ela foi feita submissa ao homem pela sentença de Deus” (1558: 15). Com esse trecho Knox remete a história de Adão e Eva, utilizando o pecado de Eva para justificar a submissão das mulheres ao homem por serem o espelho da primeira pecadora contra Deus. A palavra submissão é repetida diversas vezes ao longo de suas escrituras, buscando reforçar sempre que as mulheres não só não tinham o direito de governar como deviam ser submissas às opiniões e imposições dos homens, por ser uma punição dada por Deus.

O livro publicado por John Knox se tornou um ponto de debate internacional sobre o poder das mulheres no governo. As ideias sobre religião e mulheres no poder foram bastante debatidas e influenciaram as ideias da maioria dos europeus durante o século XVI. Portanto, as mudanças na Escócia enquanto Mary estava na França afetaram completamente o futuro do seu reinado, afinal, ela era uma rainha católica de um país completamente dominado pelo protestantismo de sua prima Elizabeth I.

¹⁴ “*Let women kepe silence in the congregation, for it is not permitted to them to speake, but to be subject as the lawe s a y e t h . These two testimonies of the holy ghost, be sufficient to proue what soeuer we haue affirmed before, and to repress the inordinate pride of women, as also to correct the foolishnes of those that haue studied to exalt women in authoritie aboue man, against God, and against his sentence pronounced*”.

O patriarcado, o nacionalismo e a religião foram as três principais influências no debate sobre o reinado de Mary na Escócia durante os anos de 1550 a 1560. Mary Stuart, assim como outras rainhas da contemporaneidade, tiveram que trabalhar em conjunto com esses três aspectos do século XVI, mas, além disso, ela também teve que lidar com as ordens e tentativas de dominação dos Lordes Escoceses, como afirma Walton (2007). O gênero de Mary, sua fé católica, e sua vivência, fizeram com que os lordes escoceses tentassem e conseguissem limitar o seu envolvimento nas questões políticas da coroa. Para Williams (2018), Mary foi por muito tempo vista como equivocada, entretanto, se observamos ela sob o conceito de *queenship*, podemos julgar com base em sua tentativa de criar um modelo de sucesso para o governo feminino: tolerante e aberto a incorporar os pontos de vista de seus conselheiros enquanto reivindica sua própria autoridade final.

A Reforma de 1560 foi um dos eventos mais importantes na história da Escócia e o estabelecimento do protestantismo na Escócia foi significativo por vários motivos. Os presbiterianos estabeleceram ministros na maioria das cidades, o que significa que os líderes da religião teriam controle sobre as atividades de vários escoceses. A criação da Assembleia Geral ajudou a estabelecer as políticas presbiterianas – afinal, o estado sempre esteve totalmente ligado à religião. O Parlamento quebrou a ligação da Escócia com a Igreja Católica de Roma e estabeleceu a sua própria religião. Portanto, o reformista e misógino John Knox, que retornou à Escócia em 1559 e protagonizou as revoltas contra a regente Maria de Guise, estava em uma posição de extrema importância na Escócia. Alguns historiadores questionam sobre o poder central e absoluto de seu governo, enquanto outros o veem como antagonista, mas ambos demonstram a presença significativa de John Knox no Estado escocês.

Em dezembro de 1560, Francisco é acometido por uma infecção do ouvido e vem a falecer, sem deixar nenhum herdeiro. Quem assume a coroa da França é o seu irmão mais novo, com Catarina de Médici como regente. Essa fatalidade desestabiliza a situação de Mary, que agora com apenas dezesseis anos se torna viúva e perde o poder que tinha de rainha-consorte da França. Com os acordos feitos pelo casamento, Mary teria o direito de continuar na França, mas sem poder político. Entretanto, Williams (2018) afirma que ela tinha a intenção de voltar para a Escócia por ser uma “alma da corte”, e assim Mary escreve uma carta para o parlamento escocês sugerindo sua volta à Escócia. Ao decidir voltar a Escócia, Mary escreveu:

Eu estou determinada a me aventurar, seja o que for que eu receba de volta; Eu confio que o vento será tão favorável que não precisarei ir pela costa da Inglaterra'. E se Elizabeth for tão insensível ao ponto de desejar o meu fim, que ela faça o que deseja e me sacrifique (WILLIAMS, 2018: 122)¹⁵.

Ao retornar para seu país de origem, a rainha da Escócia buscou demonstrar, em seus escritos, tranquilidade em relação ao contexto político da Escócia, e, para além disso, procurou demonstrar coragem para enfrentar Elizabeth, independente de qual fosse seu desfecho. Pode-se dizer que, além das questões de gênero, as mudanças religiosas também foram o estopim para as limitações que Mary enfrentou ao governar e, conseqüentemente, para o fim de sua regência.

¹⁵ *“I am determined to adventure the matter, whatsoever come of it; I trust the wind will be so favourable as I shall not need to come on the coast of England’. if Elizabeth ‘be so hard-hearted as to desire my end, she may then do her pleasure and make sacrifice of me”.*

CAPÍTULO III – MANUSCRITOS DE UMA RAINHA

Ao falar sobre as construções historiográficas e o papel do historiador, Giovanni Levi (2014) chega à conclusão de que a história é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais. Em outras palavras, o papel do historiador está ordenado na análise crítica do seu objeto de estudo, e, muitas vezes, essas análises e suas conclusões serão dependentes do local social do historiador.

A partir dessa definição, pode-se pensar num mesmo documento (como, no caso deste trabalho, os escritos de Mary Stuart) e nas suas diferentes interpretações ao longo da história. Discussões envolvendo a escrita histórica e o patriarcado estão bastante presentes em trabalhos sobre a história das mulheres, afinal, o patriarcado tem sido uma força dominante na história ocidental, e tem influenciado profundamente as construções historiográficas. A crítica feminista à historiografia tem questionado as formas tradicionais de construção da narrativa histórica, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais crítica e reflexiva que considere a diversidade de experiências e perspectivas. Sendo assim, este capítulo visa a analisar os escritos da Mary Stuart a partir do conceito de *queenship* (discutido no capítulo anterior), para empreender uma análise sobre a posição de uma mulher monarca durante o século XVI, considerando o seu contexto sociocultural e o seu gênero.

3.1 Os bens de Mary Stuart como testemunhos de sua vida política, cultural e social

Mary Stuart escreveu inúmeras cartas durante seus poucos anos de vida, algumas delas com poemas retratando, principalmente, a sua religiosidade. Ao analisar seus epígrafos, se nota que Mary escreveu, principalmente, para mulheres: sua amiga Isabel de Valois (1545-1568)¹⁶, Catarina de Médici e Elizabeth I, sua prima e rival durante esses anos. Nesses escritos se percebe a importância que Mary via em se comunicar com essas mulheres, expressando sua religiosidade, suas opiniões acerca do papel das mulheres na monarquia e incentivando a virtude da leitura e a importância para uma mulher – principalmente princesas – em ter conhecimento linguístico e ler, considerado uma de suas maiores virtudes, como ela escreveu em uma carta destinada a Isabel de Valois: Virtude vem do estudo das letras. E, além disso, estudar é mais necessário para nós princesas do que para pessoas privadas.¹⁷

¹⁶ Filha de Henrique II e Catarina de Médici, esposa do Rei Felipe II.

¹⁷ “*Virtue comes from the study of letters. And, moreover, learning is more necessary to us princes than to private persons*” (ARBUTHNOT: 43-44).

Ao trazer suas considerações sobre Mary, Arbuthnot (1907) deixa alguns pontos destacados. Em primeiro lugar, a coletânea dos escritos é uma interpretação pessoal da rainha sobre os fatos, ou seja, não pode ser pensada como uma forma de arte ou literatura. Ao pontuar a importância do pensamento crítico historiográfico, busco reforçar que tanto os estudos do passado quanto do presente são processos históricos baseados no lugar social do historiador, portanto, para não cair no anacronismo científico, é importante compreender essa influência em qualquer análise histórica. Além disso, é necessário entender que a percepção do meu objeto de estudo - nesse caso, Mary Stuart - é pautada nas vivências da personagem histórica, portanto, assim como afirma Arbuthnot, trata-se apenas de uma parte dos fatos. O outro ponto que a autora busca destacar é compreender a motivação política por trás dos ataques contra o seu governo, sendo Knox um dos principais responsáveis pela sua ruína.

Segundo Arbuthnot, a natureza da Mary é ser gentil, afetuosa e empática. Essa conclusão se deu a partir da análise dos escritos de pessoas próximas à rainha, como o rei Henrique II, que afirmou que a maldade é a coisa que ela mais odeia no mundo (1907: 8). A autora também afirma que Mary aprendeu latim com apenas treze anos de idade e escreveu diversos discursos sobre a importância do conhecimento linguístico e artístico para as mulheres. É interessante pontuar que, mesmo com pouca idade, a rainha sempre buscou traçar esses dois lados da sua personalidade: ser uma monarca afetuosa e empática, e estar sempre disposta a aprender coisas novas. Como veremos mais à frente, em seus escritos, Mary sempre busca retratar suas opiniões em relação à monarquia, ao papel social dos príncipes e princesas, a importância de se pensar além da sua própria vivência, e, acima de tudo, a importância da religiosidade na sua vida. Como já foi discutido, Mary viveu em um contexto social de disputas religiosas, sendo a Igreja e a religião peças fundamentais para um reinado próspero.

Para Mary, o estudo é uma das maiores virtudes para uma pessoa, principalmente para líderes, e isso reflete em sua educação, onde a rainha falava, além do francês, latim, grego, espanhol, italiano e inglês. A leitura é fundamental para a formação do indivíduo, e sendo, principalmente, fundamental para o processo político. Sendo assim, se impor como uma rainha culta que anseia pelo conhecimento científico demonstra, além de conhecimento, poder, algo que Mary buscava repassar para suas amigas próximas, como veremos adiante. Esse conhecimento linguístico ensejou o acúmulo de um amplo acervo literário, registrado no inventário de Maskyne Cleiss: neste documento podemos ver que Mary possuía uma enorme biblioteca, com livros em francês, latim e grego.

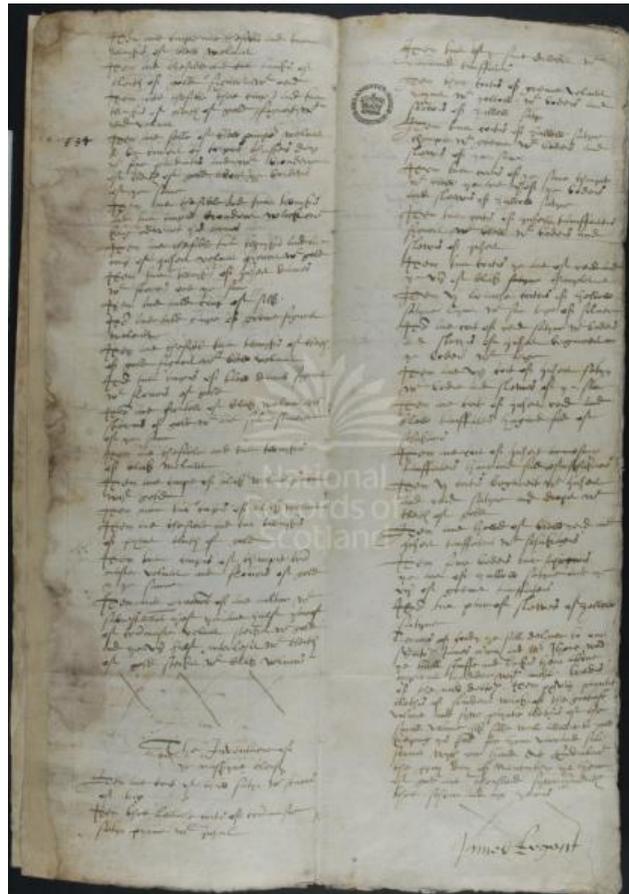


Imagem 2 – Recorte dos Inventários de Maskyne Cleiss, que lista os livros possuídos por Mary¹⁸

Essa lista menciona diversas coisas consideradas importantes e do cotidiano da rainha escocesa: além dos livros da sua biblioteca particular, também enumera peças de vestuários e paramentos da igreja. É interessante notar, ao longo das leituras dos manuscritos de Mary, a importância que a rainha deu a dois pilares primordiais da sua personalidade: literatura e religião. A lista evidencia esses materiais e, durante seus escritos, ela menciona repetidamente a importância de ambos para a sua vida.

De acordo com Danielle de Oliveira dos Santos (2021: 224), existem alguns atributos específicos para que uma rainha possa ter uma determinada parcela de poder, sendo eles: inteligência, força da personalidade, carisma, vontade e conexões familiares. Ou seja, caso uma rainha não apresentasse esses atributos, ou pelo menos a maioria, ela, conseqüentemente, não teria autoridade política e seria vista como uma mulher privilegiada, passando por mais privações pertinentes ao seu gênero.

¹⁸ O inventário, bem como documentos autógrafos de Mary, estão disponíveis no site do National Records of Scotland, disponível em: <https://www.nrscotland.gov.uk/research/image-gallery/hall-of-fame/mary-queen-of-scots>. Acesso em: 12 abr. 2023.

3.2 As cartas de Mary: fontes para o estudo do *queenship*

Os relatos históricos em relação a Mary passam por diversas interpretações: para alguns autores ela é interpretada, de fato, como uma rainha privilegiada, sem conhecimento político; para outros, pode-se pensar em sua figura histórica a partir de outros olhares. Não obstante, é perceptível a importância que a rainha dava aos estudos das mulheres, mesmo que não fosse de uma forma autoritária ou ditatorial, o que pode ser interpretado como uma estratégia política ao demonstrar conhecimento científico de forma não autoritária. Afinal, estamos estudando o século XVI, e uma mulher, mesmo que rainha, que demonstrasse fortes imposições políticas não seria bem-vista pelos homens.

Em uma carta direcionada à sua amiga Isabel de Valois, datada no ano 1554, enquanto Mary se encontrava na França, ela escreveu:

Os homens aprendem a cantar, dançar, ler, arar a terra, cavalgar, usar sapatos, vestir-se e cozinhar. E devemos supor que conquistar as próprias inclinações, governar uma comunidade (coisa mais difícil do que todas as outras), comandar um exército e levar uma vida virtuosa - devemos supor, digo, que tudo isso veio até nós por acaso? Não acredite, mas aprendamos a obedecer agora, para que possamos entender como mandar quando tivermos idade para fazê-lo (ARBUTHNOT, 1907: 47-48)¹⁹.

Essa, em específico, é uma carta bastante interessante, na qual Mary questiona o fato de que os homens – em posição de poder político – ainda jovens, são ensinados a lidar com as questões monárquicas, enquanto as mulheres não, o que a faz questionar se esses ensinamentos chegariam às mulheres por acaso, o que ela assume que não. Entretanto, mesmo após questionar, a rainha conclui que, por enquanto, elas precisam aprender a obedecer, o que a faz acreditar que num futuro as mulheres seriam ensinadas a governar. De acordo com Earenfight (2013), se a rainha fosse muito assertiva em suas posições, poderiam aparecer resistências internas contra ela, afinal, em uma monarquia, o homem sempre governa com toda a sua autoridade, enquanto a mulher deve governar com discrição, a partir da permissão de um homem (seu cônjuge) ou um grupo de homens.

Portanto, podemos assumir que Mary, ao levantar esses questionamentos e repassar para suas amigas próximas, procura incentivar essa busca por espaço dentro do estudo

¹⁹ “men learn to sing, to dance, to read, to till the earth, to ride, to wear shoes, to clothe themselves, and to cook. And are we to suppose that to conquer one's own inclinations, to govern a commonwealth (a thing difficult beyond all others), to command an army, and to lead a virtuous life are we to suppose, I say, that all this will come to us by chance? Do not believe it, but let us learn to obey now, in order that we may understand how to command when we are of an age to do so”.

político para as mulheres, e, ao mesmo tempo que questiona, finaliza informando que elas, por enquanto, precisam aprender a obedecer, até possuir idade o suficiente para aprender a governar. Diante disso, podemos perceber a junção entre uma rainha que anseia pelo conhecimento, mas ao mesmo tempo obedece às regras predispostas, evitando ser colocada num papel de rainha autocrata ou “assertiva demais” em seus posicionamentos. Joan Scott (1990) pontua que investigar as mulheres na história é repensar as noções tradicionais do que é historicamente importante, incluindo tanto as experiências pessoais, como as atividades públicas e políticas. Sendo assim, pode-se entender esses pequenos e quase imperceptíveis comportamentos de Mary Stuart também como atividade política.

Arbuthnot (1907: 59) traz um caso em que um homem do convívio de Isabel de Valois opinou que “o trabalho das mulheres é não saber sobre nada”. Em paralelo a essa colocação, trago a explicação de Scott sobre a definição de gênero: gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Ou seja, a perpetuação das desigualdades de gênero é essencial para a permanência da articulação do poder majoritariamente masculino. Portanto, a perpetuação dessa ideia de que o dever das mulheres é não saber de nada (impedindo o acesso ao conhecimento linguístico, e por consequência, à literatura, nesse caso), é de suma importância para a permanência dessas desigualdades de gênero, como bem pontua Scott. Em oposição a essa fala, Mary escreve diversas cartas direcionadas a Isabel com diversas mulheres que foram importantes, seja para a religião ou arte.

Para que você saiba como refutar esses bons tagarelas que disseram ontem que o dever das mulheres é não saber nada, gostaria de lhe dizer, minha irmã, que uma mulher de seu nome já foi tão instruída que poderia muito bem tê-lo respondido se ela estivesse presente. Refiro-me a Isabel, uma abadessa alemã²⁰, que escreveu muitas belas orações para as irmãs de seu convento e um trabalho sobre os caminhos pelos quais se chega a Deus. Temístoclea, irmã de Pitágoras, era tão culta que em muitas ocasiões ele se valeu de suas opiniões (ARBUTHNOT, 1907: 59)²¹.

Cleobulina, filha de Cleóbulo (que foi um dos sete sábios da Grécia), escreveu muitos enigmas finos, em hexâmetros. Cornificia, irmã de Cornifício, o poeta, compôs alguns epigramas muito elegantes. Cornélia, esposa de Africano e mãe dos Gracos, deixou algumas cartas escritas em latim, e foi dela que seus filhos tiraram sua eloquência. A filha de Lælius lembrou, em seus discursos, o brilho de seu pai. E a oração de Hortênsia, filha de Hortênsio, que ela fez diante dos triúmviros, prova que ela era muito eloquente. Lembre-se com atenção de todos aqueles que eu nomear para você, para que você possa responder às pessoas que desprezam nosso

²⁰ Mary remete-se à famosa Santa Isabel (1207-1231), filha do rei André II da Hungria (1207-1231).

²¹ “*In order that you may know how to confute those fine chattering who said yesterday that the business of women is to know nothing, I should like to tell you, my sister, that a woman of your name was once so learned that she might well have answered them had she been present. I mean Elizabeth, a German abbess who wrote sisters of her convent, and a work on the paths by which one reaches God. Themistoclea, the sister of Pythagoras, was so learned that on many occasions he made use of her opinions*”.

sexo, e que dizem que não é da competência da mulher saber latim (ARBUTHNOT, 1907: 61)²².

Ao se opor ao pensamento misógino do homem citado, Mary lista diversas mulheres que tiveram uma importante influência. Dentre esses casos, destaco a importância que Mary dá à maternidade, ao falar sobre Cornélia Africana (século II a.C.), e sua influência sobre os filhos Tibério (133 a.C.) e Caio Graco (154 a.C.), ao deixar cartas em latim que, como Mary pontua, foram importantes para a eloquência desses homens. Como também cita a influência dos escritos de Temistocleia (600 a.C.), a irmã de Pitágoras, nos escritos de seu irmão. Cleóbulo de Lindos (600 a.C.) foi um dos sete sábios da Grécia, sua filha, Cleobulina, quem Mary cita, alcançou notoriedade como autora de charadas em hexâmetros. Cotonifício (século I a.C.) foi um poeta, autor de uma obra sobre figuras retóricas e a arte da retórica.

Para os estudiosos do conceito de *queenship*, em destaque Parsons (1998), a maternidade é vista como uma das principais funções das rainhas medievais, podendo ser vista também como uma forma de poder político. Afinal, há necessidade de um herdeiro para seguir com a linhagem dos monarcas e a rainha tem esse papel fundamental para a persistência dessa linhagem, garantindo a continuidade da dinastia. Essa capacidade de gerar uma criança saudável (principalmente se fosse um menino) era vista como uma forma de prova de fertilidade, e por consequência, uma benção divina. Parsons ainda argumenta, em seus estudos, que a maternidade também foi uma forma de exercer influência política, pois as rainhas medievais intercederam em nome de seus filhos, usando essa posição de mãe. Com efeito, Mary, na carta acima, dá bastante destaque e importância a essas mulheres, mães e irmãs, na construção desses grandes homens, defendendo a importância do estudo na vida das mulheres e enaltecendo a necessidade dessa instrução para a formação intelectual de homens importantes para a história. Podemos pensar, então, que Mary via a maternidade como uma forma de exercitar seus ideais na criação de seus filhos, configurando, mesmo que não-intencionalmente, uma forma de estratégia política da parte dela. Segundo suas próprias palavras: “vamos nos focar em aprender literatura, o que nos fará, assim como eles, imortal” (ARBUTHNOT, 1907: 69)²³.

²² “CLEOBULINA, the daughter of Cleobulinus (who was one of the seven wise men of Greece), wrote many fine enigmas in hexameters. Cornificia, sister to epigrams. Cornelia, the wife of Africanus, and mother of the Gracchi, has left some letters written in Latin, and it was from her that her children derived their eloquence. The daughter of Laelius recalled in her speeches the brilliance of her father. And the prayer of Hortensia, daughter of Hortensius, which she delivered before the triumvirs, proves that she was very eloquent. Remember Carefully All Those I name to you, so that you may be able to reply to people who despise our sex, and who say that it is not a woman's province to know Latin”.

²³ “let us to set ourselves to study literature, wich will make us, as it as them, imortal”.

Além disso, nesses documentos Mary demonstra o seu amplo conhecimento não só sobre literatura e religião, como também história e filosofia. Ao defender o direito do conhecimento linguístico e literário feminino alguns nomes e citar a importância dessas mulheres para a história (seja por meio de descobertas, seja pela influência positiva para com seus filhos), Mary demonstra ser uma analista crítica da história, levando em consideração o seu tempo.

A partir do conceito de *queenship* é possível analisar e reinterpretar essas fontes históricas da rainha escocesa há muito debatidas. Em outra correspondência para Isabel de Valois, Mary escreveu:

A prerrogativa de um bom príncipe é não ferir ninguém, mas fazer o bem a todos. E o espírito de tirania deve estar longe da mente do príncipe - nem deve ele usar frases como: “Eu desejo que seja assim! Eu ordeno que assim seja! Pois é um verdadeiro ditado (e já é um provérbio), que quem teme, odeia (ARBUTHNOT, 1907: 53)²⁴.

Em outra missiva, a rainha acrescentou: “devemos nos submeter, minha querida amiga e irmã, a ser corrigidas enquanto somos jovens, para que possamos nos tornar sábias mais rapidamente. E não dizemos aos outros ‘O quê! Cabe a você me reprovar?’” (ARBUTHNOT, 1907: 79)²⁵. Assim, Mary pontua a importância da assertividade nas atitudes e falas de um príncipe, reforçando sua opinião sobre a necessidade da discrição nas relações monárquicas, independente do gênero do líder. É fato que, ao longo da história, os reis sempre governaram com toda sua autoridade política, enquanto as rainhas precisavam de determinada discrição, fazendo com que sua influência política não fosse absoluta, afinal, seu gênero não mudava, independentemente da posição monárquica dessas mulheres. Para Nascimento (1997) os gêneros femininos e masculinos são construídos culturalmente, vinculados por relações de poder desfavoráveis ao gênero feminino. Segundo a autora, é inegável a necessidade de entender a influência do cristianismo ocidental nos estudos do gênero feminino. Essa construção ideológica e cultural da submissão feminina pautada no cristianismo é fundamental para a perpetuação dessas desigualdades e a privação do conhecimento científico para as mulheres, incentivada e perpetuada pelos fiéis cristãos, foi e é uma forma de controle científico para a não existência de novas ideias de igualdade entre homens e

²⁴ “*The prerogative of a good prince is to injure no one, but to do good to all. And the spirit of tyranny should be far from the mind of the prince - nor should he use such phrases as: ‘I wish it to be thus! I command it so!’ For it, is a true saying (and is already a proverb), that those who fear; hate*”.

²⁵ “*We must submit, my dearest friend and sister, to being corrected while we are young, in order that we may the more quickly become wise. And we must not say to to one and to another ‘What! Is it your place to reprove me?’*”.

mulheres. O misógino John Knox, por exemplo, na maioria de seus escritos, reforça, de forma autoritária (e pautada nos escritos cristãos), o lugar social das mulheres: a submissão. Por outro viés, Mary utiliza dos mesmos fundamentos para criticar esse tipo de fala autoritária, informando a existência de um provérbio da bíblia cristã, onde afirma que aqueles que temem, odeiam²⁶. Portanto, é fundamental, como Mary pontua, o conhecimento linguístico entre as mulheres, para que elas possam compreender e rebater, pautadas no mesmo objeto de estudo (como a Bíblia), esse tipo de afirmação.

De acordo com Tilly (1994), a função principal da abordagem descritiva da história das mulheres é a necessidade de evidenciar as experiências femininas em seus contextos sociais. Ou seja, indagar até que ponto elas aceitaram as limitações sociais e políticas, e como e em qual momento elas se diferem dos homens nesses aspectos. Portanto, analisar as distinções entre a rainha escocesa e os homens de sua época, como o teólogo Knox, é de suma importância para entendermos até que ponto houve aceitação dessas imposições masculinas e quais estratégias Mary utilizou para argumentar contra essas limitações.

Esses discursos de inferioridade e submissão feminina tiveram ampla difusão no mundo medieval, sobretudo por parte de homens ligados à Igreja. Para eles, era claro que as mulheres eram um perigo carnal e espiritual a ser evitado. Ou seja, esses discursos de ódio e inferiorização das mulheres não foram pautados apenas nos grandes teólogos da Antiguidade, mas, principalmente, se nutriam de credices que o clero alimentava (NASCIMENTO, 1997: 86). Para Knox (1553: 20), não era permitido que as mulheres falassem nos congressos, nem que ensinassem, nem se batizassem muito menos pegar para si qualquer ofício destinado a um homem. Como já foi discutido, ele teve uma forte influência no pensamento protestante do século XVI na Escócia, e, como pode ser observado, seu livro foi publicado em 1553, tendo sido as cartas de Mary escritas em 1554, com uma curta diferença de tempo.

Walton (2007), aborda a questão da “rainha católica” em um contexto mais amplo de disputas religiosas e políticas na época da Reforma Protestante. A autora argumenta que tal figura, particularmente na Inglaterra - e, conseqüentemente, na Escócia - foi frequentemente vista como uma ameaça ao patriarcado protestante e à estabilidade política da nação. Por outro lado, as rainhas protestantes eram frequentemente retratadas como protetoras da fé e da nação, reforçando a ideia do poder real masculino e patriarcal. Como já discutido, Mary sempre buscou se impor como uma rainha católica, defendendo sua fé e a liberdade de expressão entre outras religiões cristãs, no entanto, sua imposição como uma rainha católica

²⁶ Arbutnot é quem alega que tal frase advém de um provérbio; entretanto, eu não consegui identificar qual é o provérbio.

foi frequentemente criticada pelos protestantes, levando-a a ser um dos principais alvos do ódio protestante às mulheres e a seus direitos como chefes de Estado. Por outro lado, podemos perceber que, ao mesmo tempo que as ideologias misóginas contra o governo das mulheres eram difundidas pela Europa, a rainha escocesa se mostrava consciente dos estudos em relação à importância das mulheres em locais de poder intelectual; para ela: “além disso, se somos pobres nesta vida, nisto nos assemelhamos a Deus, nosso Pai, que não tinha onde repousar a cabeça. Se os homens nos odeiam, nos é prometida glória pela Rainha dos Céus” (ARBUTHNOT, 1907: 83)²⁷.

Ao utilizar seus conhecimentos bíblicos para refutar a repulsa dos homens às mulheres que estudavam, Mary, utilizando sua religiosidade, chega à conclusão de que se os homens as odeiam, então elas teriam a promessa da glória da Rainha dos Céus (a Virgem Maria). É importante compreender que Mary trazer esses questionamentos e impor sua opinião como mulher é de suma importância para a construção da personalidade dela tanto como rainha, quanto como mulher, e que reconhecer essas tentativas de dominação masculina com a inferiorização do sexo feminino e a deslegitimação dos estudos das mulheres é uma forma que Mary encontrou de se contrapor àqueles que ameaçavam o seu direito de governar. Tratando-se da Europa Medieval, essa ideologia era vigente na cultura cristã, como bem pontua Joan Scott: “o gênero é um interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no Ocidente e nas tradições judaico-cristãs” (SCOTT, 1990: 86). Utilizar os mesmos fundamentos para refutar essas ideologias patriarcais, então, demonstra a ampla carga crítica e científica que a rainha escocesa possuía.

Dessa forma, concordando com as afirmações de Scott, repensar o gênero feminino para além das noções tradicionais da historiografia, criando essa “nova história”, abre possibilidades para reflexões sobre estratégias políticas femininas no passado e no presente, fazendo emergir uma história que ofereça novas perspectivas sobre velhas questões, tornando as mulheres seres visíveis e ativos em movimentos políticos (SCOTT, 1990: 93). A necessidade da instrução formal e a maternidade são táticas geralmente desconsideradas dentro do campo político. Entretanto, a educação maternal foi também uma forma de exercício do poder por parte das mulheres, em específico no caso de Mary Stuart, pois, como podemos ver, a rainha busca destacar a importância dessas questões nos seus escritos produzidos em vida.

²⁷ “*Futher, if we are poor in this life, in this we resemble God our Father, who had not where to lay his head. If man hate us, we are promised glory by the Queen of Heaven*”.

CAPÍTULO IV – MARY E ELIZABETH: ESTRATÉGIAS EM CONFRONTO

*My heart does not fail me.
Adieu, mom bon cousin²⁸.*

As rainhas Mary Stuart e Elizabeth Tudor se tornaram figuras históricas de destaque no estudo da Europa do século XVI, assim como fundamentais nos estudos atuais sobre o *queenship*. As comparações entre as duas rainhas são frequentes nos estudos históricos, pois as duas foram os maiores exemplos de liderança feminina durante a Era Tudor, sendo frequentemente vistas como rivais em busca de um mesmo propósito: a coroa inglesa. Tais confrontos passaram por diversas reformulações, mas, entre a maioria dos autores, Mary é vista como uma figura apaixonada e impulsiva, como retrata Heliodora (1978) e John Guy (2004), e Elizabeth uma líder mais pragmática. No entanto, é importante ressaltar que essas análises refletem as interpretações políticas e ideológicas de seus autores. Por outro lado, alguns historiadores, principalmente com o início dos estudos históricos feministas do século XX, defendem que Mary Stuart foi mais uma vítima da política masculina e da opressão dos líderes protestantes, como já discutido e defendido ao longo deste trabalho.

4.1 História Comparada e o contexto de Mary Stuart e Elizabeth Tudor

A História Comparada é uma abordagem utilizada em diversos estudos históricos, com o objetivo de trazer semelhanças e diferenças entre dois objetos históricos, sejam eles países, períodos ou personagens históricos. José D'assunção Barros (2006) defende que ela não se resume apenas à análise de determinadas regiões geográficas, mas também pode ser utilizada para interpretar grupos distintos dentro de uma mesma sociedade. Como bem pontua Marc Bloch (1997), e reafirmar Barros, a História é o estudo do homem no tempo, portanto, é utilizada não apenas para entender o passado, mas para compreender como ações individuais e coletivas afetaram o passado e suas consequências para o presente.

Para Jürgen Kocka (2003: 280), as comparações históricas ajudam a esclarecer casos singulares pelo contraste, para a formulação de perguntas casuais e respostas casuais. Dessa forma, a abordagem analógica ajuda a evitar generalizações que acabam por simplificar experiências históricas. Ao utilizar o método comparativo para o caso de Mary e Elizabeth, busco identificar diferenças entre as duas monarcas, com foco em Mary Stuart. Com já

²⁸ Escrito por Mary para seu primo, o Duque de Guise, durante seu aprisionamento na Inglaterra (FRASER, 1988: 576).

pontuei, busco pensar nos acontecimentos históricos para além das narrativas antigas vigentes, e com isso, busquei incluir as tendências de longo prazo que afetam profundamente a sociedade, como por exemplo, a formação e a perpetuação de estruturas políticas. Uma dessas estruturas é a linhagem de Mary, que ao optar pelo casamento e pela gravidez, teria contribuído para a continuidade da sua dinastia (ao contrário de Elizabeth, que preferiu não se casar nem gerar filhos). Com essas distinções de estratégia, Elizabeth governou durante seus longos anos de vida, enquanto a estratégia adotada por Mary viabilizou a chegada de sua família à monarquia inglesa.

Segundo Williams (2018: 11), a principal diferença entre Mary e Elizabeth é que, diferente de Elizabeth, que buscou concentrar o seu poder político em suas mãos, Mary optou por se casar, e, com isso, fez uma das escolhas mais controversas em reinados femininos: manter-se ao lado de homens cujas falhas afetaram o seu governo. Ao se analisar as percepções individuais das duas rainhas uma sobre a outra, Williams afirma que Mary via Elizabeth como uma prima distante, com a qual ela desejava manter contato íntimo, ao conversar sobre as tentativas de dominação masculina de suas coroas; já Elizabeth via Mary como uma mulher que almejava roubar seu trono, sendo sempre um perigo para sua liderança.

Jane Plowden (1984: 103), em seu livro *“Two Queens in one isle”* oferece uma análise da rivalidade entre as duas rainhas, explorando as alianças políticas entre os dois reinos, assim como os casamentos de Mary. Para a autora, Mary também foi percebida como uma líder que apenas buscava amizade com sua prima, enquanto Elizabeth evitava esse tipo de proximidade. Isso é perceptível ao afirmar a autora que Elizabeth via Mary como uma rainha “jovem e inexperiente”. A partir de suas correspondências, a autora afirma que Mary respondeu os insultos de Elizabeth corroborando que também possuía aliados e que Elizabeth iria descobrir que não devia insultá-la.

Para a maioria dos autores, as tentativas de aproximação de Mary com sua prima não tiveram sucesso, e, em alguns casos, geraram retornos ríspidos. Portanto, se pode perceber as diferenças estratégicas de alianças políticas entre as duas: enquanto Mary demonstrava não enxergar Elizabeth como rival, sua prima reforçava a falta de confiança e a imagem imatura que tinha da rainha escocesa. Dessa forma, Mary Stuart é interpretada como uma rainha mais emotiva e impulsiva, enquanto Elizabeth Tudor era mais cautelosa e pragmática. Mary era vista como carismática e encantadora, mas também era criticada por suas decisões precipitadas. Elizabeth, por outro lado, era vista como uma líder forte e estrategista. Como já comentado durante esta discussão, ao longo das construções históricas Elizabeth foi vista e

documentada como uma rainha sagaz e astuciosa, sendo muitas vezes vista no papel de “rei”, por performar padrões e estigmas condicionados aos homens. Enquanto Mary, por reproduzir estereótipos de gênero tidos como “femininos”, foi, por muito tempo, interpretada e documentada como alguém inferior ou menos sagaz que sua prima. Essas distinções do ser rainha ou rei, masculino ou feminino, a partir dos estereótipos de gênero acabam por contribuir e perpetuar estigmas ultrapassados em relação ao gênero feminino e suas capacidades de poder.

Essas diferenças, percebidas e estudadas ao longo da história, definiram o desfecho das duas líderes. Enquanto Elizabeth optou por se negar a casar para evitar a possibilidade de um homem tomar seu poder político, Mary Stuart casou-se três vezes, com a intenção de manter sua dinastia. Estratégias opostas, porém, se pensarmos a partir do *queenship*, podemos compreender o que levou as duas rainhas a optar por saídas tão distintas.

4.2 O retorno de Mary à Escócia e o casamento como estratégia política

Mary chegou na Escócia em agosto de 1561, poucos meses após a morte de seu marido Francisco. A instabilidade política e social na Escócia, enquanto Mary estava na França, agravou-se, fazendo-a com tão pouca idade e pouca experiência na regência de um país completamente sozinha não conseguir exercer efetivamente o seu poder. A chegada de Mary na Escócia não foi completamente segura, afinal, a rainha iniciou o seu reinado com três problemas contra ela: seu gênero, sua religião, e sua falta de conhecimento sobre a Escócia.

Após a morte de Francisco, o bispo John Leslie (1527-1596) foi enviado pelos escoceses católicos à França para convidar Mary de volta à sua terra natal, em nome do norte do país – região em que se estabeleceu a resistência católica. Entretanto, Mary optou por confiar em seu meio-irmão, James Stuart (1530-1570), chefe dos protestantes. Essa atitude acabou gerando um descontentamento entre os católicos, que acabou se agravando quando Mary transformou o seu meio-irmão protestante em seu principal conselheiro, e, mais tarde, aceitou a formação de um órgão conselheiro privado, formado, em sua maioria, por lordes presbiterianos (WALTON, 2007).

O gênero e a fé de Mary fizeram com que os Lordes Protestantes tentassem – e conseguissem – reprimir o seu poder nas decisões políticas do reino escocês. Durante os anos que ela passou na França o seu país sofreu diversas transformações, em destaque a reforma protestante, liderada por Knox. Portanto, ao retomar a Escócia, Mary se deparou com um

conselho de homens, em sua maioria protestantes, familiarizados com o seu país e acostumados a tomar todas as decisões políticas. Enquanto isso, Elizabeth, que já estava governando diretamente a Inglaterra há 3 anos, conhecia bem o seu reino. Dessa forma, autores como Plowden (1984) destacam essa diferença entre as duas monarcas como crucial: Elizabeth já estava acostumada com o seu próprio país, ao passo que Mary começaria a enfrentar as tentativas de dominação masculinas diretamente agora.

Após o seu retorno à Escócia em 1561, Mary passou os próximos dois anos concentrada em melhorar as relações com a Inglaterra, tentando ter uma relação mais abrangente com Elizabeth e aprendendo sobre a situação política de seu próprio país. Para Walton (2007), antes de 1563, Mary aparentava, para os escoceses, ser uma rainha maleável, pois ela não tentou parar com o estabelecimento do protestantismo no seu país. Portanto, permitir o protestantismo em seu país – e, para além disso, demonstrar maleabilidade ao aceitar um conselho de homens protestantes – demonstra que a rainha buscou passar a imagem de uma líder compreensiva e tolerante, afinal, rainhas assertivas demais não eram bem-vistas entre os monarcas.

Segundo Walton e Williams, no começo de 1563 o reinado de Mary já estava seguro e sua popularidade aumentava gradativamente; até mesmo John Knox, seu maior oponente, aparentava diminuir as críticas à rainha. Entretanto, a volta de Mary à Escócia acabou por abalar o tratado de Edimburgo²⁹, que era oficializado pelo parlamento

Portanto, após algum tempo de sua volta, a estratégia política vislumbrada por Mary e seus aliados católicos seria o casamento com algum pretendente católico, de preferência de uma linhagem que descendesse da casa Tudor, para que Mary pudesse reivindicar seu direito ao trono inglês – pois, de acordo com a igreja Católica, por Elizabeth ser fruto de adultério da sua mãe (que fora condenada à morte), ela não tinha direito ao trono inglês. Mary continuou a se negar a assinar o tratado de Edimburgo e, com isso, Elizabeth teve, por consequência, seu equilíbrio na Escócia abalado. Afinal, a nobreza católica, predominante no norte da Escócia, acabou por se fortalecer com a volta da rainha católica, que poderia ocupar a coroa inglesa. Entretanto, segundo Williams, depois de apenas alguns anos na Escócia, Mary estava em uma posição impossível. Knox e os senhores protestantes estavam provocando dissidência contra

²⁹ O tratado de Edimburgo foi um acordo entre a Inglaterra e os Lordes da Congregação em 1560 que substituiu a *Auld Alliance* por um novo acordo anglo-escocês, mantendo relações amigáveis entre a Inglaterra e a Escócia e a França.

ela, Catarina de Médici recusou-se a se aliar abertamente a ela e Elizabeth se recusou a bancar a prima afetuosa” (2018: 194)³⁰.

Com o passar dos anos, o cenário positivo da liderança de Mary foi se esgotando, as investidas dos lordes protestantes, em principal John Knox, contra a regência de uma mulher católica foram ganhando mais força e Mary se encontrava em uma situação cada vez mais delicada. A cobrança por um futuro rei sempre esteve presente durante a regência de Mary, pois traria estabilidade para seu reino.

O matrimônio foi uma importante estratégia política na Europa medieval. Durante esse período, os casamentos reais eram frequentemente arranjados com o objetivo de fortalecer as alianças políticas entre os reinos, garantindo segurança e a continuidade da dinastia. Sara McDougall (2014) argumenta que o sistema de alianças matrimoniais era uma das principais formas de estabelecer e manter alianças políticas e econômicas entre as famílias nobres. Além disso, a autora examina como a Igreja Católica, que tinha uma forte influência sobre a sociedade da época, usava o casamento como uma forma de controlar o poder político das famílias nobres. Earenfight (2013) também traz a utilização do matrimônio como uma forma de estratégia política entre as rainhas, argumentando sobre a importância que algumas rainhas medievais davam ao casamento.

A história de Mary Stuart, enfim, destaca a importância do casamento como uma estratégia política para as rainhas na época. Ela se casou três vezes com o objetivo de fortalecer sua posição política e garantir a continuidade da sua dinastia. No entanto, esses casamentos muitas vezes geraram conflitos e rivalidades que acabaram por comprometer sua posição política e até mesmo sua liberdade. Poucos anos após chegar a Escócia, em 1565, Mary casou-se com seu primo Henrique Stuart (1546-1567), que era filho de Margarida Douglas (1515-1578), a neta de Henrique VII da Inglaterra. De acordo com Heliadora (1978), a rainha escocesa não tinha o autodomínio que a sua prima Elizabeth tinha, sendo assim, o casamento de Mary mostrava o contraste entre as duas rainhas. Enquanto Mary optou por se casar para se consolidar na corte, Elizabeth evitou o perigo de escolher um marido em sua corte. Portanto, é quase um consenso entre os autores que o casamento de Mary Stuart com Henrique Stuart foi uma parte importante para a sua ruína. Por outro lado, ao se casar com Henrique, Mary manteve sua dinastia, gerando um herdeiro legítimo do trono escocês e inglês, o futuro rei da Escócia e Inglaterra, Jaime I (1566-1603).

³⁰ “*After only a few years in Scotland, Mary was in an impossible position. Knox and the Protestant lords were stirring dissent against her; Catherine de’ Medici refused to openly ally with her, and Elizabeth was refusing to play the tender cousin*”.

É um consenso entre os autores que Henrique Stuart era um homem pretensioso, mesmo que descendesse da linhagem Stuart e Tudor. Para Walton (2007), o resultado dessa escolha, para Mary, foi desastroso, pois, com a intensificação das disputas religiosas, as facções feudais acabaram por intensificar suas pressões à corte escocesa, o que gerou uma diminuição drástica do poder de Mary dentro do seu próprio país. Como resultado de suas escolhas, várias pessoas que apoiavam seu reinado se viraram contra ela, e essa mudança de atitude dos seus súditos influenciou na sua queda em 1567. Alencar (2016) afirma que Elizabeth se sentiu ofendida ao saber do matrimônio, pois Henrique Stuart era súdito inglês e um lorde católico. Portanto, Elizabeth via essa união como uma ameaça à sua regência, e os Lordes da Congregação, compostos, em sua maioria, por líderes protestantes, iniciaram uma rebelião declarada contra a rainha escocesa.

Pouco tempo após o casamento, Mary Stuart estava grávida. Essa situação deixou a corte inglesa de Elizabeth em pânico, afinal, um filho homem de dois descendentes da linhagem Tudor podia significar o fim do reinado de Elizabeth, com o início da tentativa de dominação da rainha e do rei da Escócia à coroa inglesa. Elizabeth e seu parlamento temiam que Mary ganhasse o apoio dos ingleses católicos, com a geração de um filho legítimo. Segundo Williams, o marido de Mary era uma decepção, mas sua gravidez a tornou poderosa (2018: 213).

Contudo, como já afirmado, Henrique Stuart era pretensioso e, pouco depois da gravidez de Mary, o seu casamento entrou em crise; o rei-consorte da Escócia queria o direito à coroa matrimonial: ou seja, ele queria o direito de ter os mesmos poderes da rainha da Escócia. Com a rejeição de Mary a essa proposta, Henrique se juntou a um grupo de protestantes (cabe lembrar que ele era católico e as disputas religiosas eram um importante ponto da disputa entre Mary e Elizabeth pelo trono inglês) por detestar o fato de que sua esposa não lhe concedia a coroa matrimonial; Henrique, então, teve uma atitude que fez Mary se arrepender do matrimônio pelo resto de sua vida: ele se juntou aos lordes protestantes e, conspirando contra sua esposa, assassinou o secretário privado de Mary Stuart, David Rizzio, na frente dela, enquanto ela estava grávida (WILLIAMS, 2018). Williams descreve a conspiração desta forma:

Os conspiradores agarraram Rizzio. Mary novamente tentou protegê-lo, mas Andrew Ker, um aliado de Douglas, ameaçou-a com uma arma para fazê-la recuar. Ela disse mais tarde que ele apontou a arma para o ventre dela e tentou atirar, mas falhou, e outro conspirador disse que outro homem se ofereceu para esfaquear a rainha. Mas mesmo pensando que estava à beira da morte, Mary corajosamente tentou salvar seu secretário, enquanto ele gritava e segurava suas saias. Os homens

arrancaram os dedos dele do vestido dela e arrastaram Rizzio até o topo da escada, onde os outros homens estavam prontos para eles. Lá eles caíram sobre ele e o esfaquearam em uma confusão chocante de derramamento de sangue enquanto a rainha e seus amigos ouviam, impotentes em horror congelado, os terríveis gritos do secretário. Darnley ficou para trás, mas os homens queriam sua marca no assassinato (2018: 220)³¹.

Alencar (2016) afirma que, após esse incidente, Henrique, aparentemente arrependido, mudou de posição e se virou contra os lordes, que chegaram a manter a rainha em cativeiro por alguns dias. Entretanto, o arrependimento não foi o suficiente para ele recuperar a confiança da rainha: Mary continuou com o Lorde Danrley até o nascimento de seu filho, ainda em 1566. Em 19 de junho daquele ano, o filho de Mary e Henrique nasceu no castelo de Edimburgo e foi chamado de Jaime.

Como os autores afirmam, ao engravidar e trazer a possibilidade de um herdeiro legítimo do trono escocês, Mary se tornou uma ameaça a Elizabeth e aos protestantes. É perceptível a importância que Mary deu à maternidade ao longo de sua vida, ao sempre citar e estudar sobre mulheres e mães que foram importantes para o sucesso de seus filhos. Solange Maria Moura e Maria de Fátima Araújo, em seu artigo *A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos* (2004: 47), afirmam que entre as classes favorecidas, as mulheres passaram a assumir a função de educadora e professora de seus filhos e, à medida que as responsabilidades aumentavam, também aumentava a valorização do devotamento e do sacrifício em prol dos filhos. A rainha escocesa sempre buscou afirmar a necessidade da participação das mulheres na criação de homens virtuosos, como ficou claro no capítulo anterior, em seus escritos. E, para além da maternidade como forma de estratégia política e de permanência de sua linhagem, podemos perceber o quanto Mary valoriza o ato de ser mãe e educadora. Entretanto, ela não pôde prever que sua escolha de marido acabaria por privá-la de pôr em prática suas estratégias, e, além disso, levá-la ao fim de sua vida.

4.3 Terceiro casamento e fuga para a Inglaterra

³¹ “The conspirators grabbed Rizzio. Mary again tried to protect him but Andrew Ker, a Douglas ally, threatened her with a gun to make her keep back. She said later that he pointed his gun at her womb and tried to shoot but failed, and another conspirator said that another man had offered to stab the queen. But even though she thought herself on the brink of death, Mary valiantly tried to save her secretary, as he screamed and held on to her skirts. The men prised his fingers away from her gown and dragged Rizzio through to the top of the stairs, where the other men were ready for them. There they fell upon him and stabbed him in a shocking scrum of bloodshed while the queen and her friends listened, powerless in frozen horror, to the secretary’s terrible screams. Darnley hung back but the men wanted his mark on the killing”.

Segundo Alencar (2016), no dia 10 de fevereiro de 1567 o rei-consorte da Escócia, Henrique Stuart morreu, aparentemente vítima de estrangulamento, seguido da explosão da casa que habitava em Edimburgo, na qual ele tinha se afastado para se recuperar de uma doença. O principal acusado do assassinato foi James Hepburn³². O envolvimento de Mary no assassinato de Henrique permanece, até hoje, um tema em debate, pois não há provas para essa acusação. Entretanto, a reação dela ao assassinato e seu subsequente casamento com o Conde de Bothwell resultaram na sua abdicação do trono escocês, em favor do filho Jaime (WALTON, 2007). Para Walton, o terceiro casamento de Mary foi a principal causa de sua queda.

James Hepburn, que durante toda a crise de Mary se tornou um apoio para ela, era um proeminente nobre escocês. O julgamento pelo assassinato de Henrique Stuart aconteceu três meses após o crime, e Hepburn foi absolvido. Passados alguns dias da absolvição, o Conde sequestrou a rainha – esse é um termo muito debatido entre os historiadores, pois alguns acreditam que Mary não foi sequestrada – e, em maio de 1567, casou-se com ela, sob o rito protestante. Esse casamento não agradou a elite escocesa, que, um mês após a cerimônia, promoveu a Batalha de Carberry Hill³³. Por fim, Mary foi aprisionada no castelo de Lochleven e forçada a abdicar do trono, quando Jaime ainda tinha pouco mais de um ano de idade; como condição para o acordo, o Conde de Moray foi nomeado regente do futuro rei (ALENCAR, 2016).

Segundo Walton (2007), a abdicação forçada de Mary Stuart em 1567 impactou a Europa. Seu casamento com Hepburn, combinado com outros fatores - incluindo sua fé católica inabalável, seu gênero, e o fato de que agora havia um herdeiro legítimo ao seu trono - resultou no fim do reinado de uma rainha que reinava praticamente desde seu nascimento, até a idade de vinte e quatro anos. Ainda para Walton, a morte de seu marido foi o ponto principal de sua ruína, pois mesmo que houvesse envolvimento com seu assassinato, a união com o suspeito do crime acabou por destruir sua reputação. Durante seu aprisionamento, Mary, na esperança de se libertar, buscou apoio na Inglaterra e acabou por enviar uma carta para Elizabeth:

A duração do meu exaustivo encarceramento e as ofensas que recebi daqueles a quem concedi tantos benefícios são menos fastidiosos para mim do que não estar

³² Jaime Hepburn, 4.º Conde de Bothwell, 1.º duque de Orkney e 4.º conde de Bothwell, era um proeminente nobre escocês. Ele era conhecido por sua associação com o sequestro e o casamento com Maria da Escócia, como seu terceiro e último marido.

³³ A batalha de Carberry Hill ocorreu em quinze de junho de 1567, perto de Musselburgh, a algumas milhas de Edimburgo. Durou das onze da manhã até às cinco da tarde.

em meu poder manter-vos a par das realidades de minhas calamidades e das injúrias que me foram feitas de várias maneiras. Por favor, lembrai-vos de que me haveis dito diversas vezes “que recebendo esse anel que vós me destes, vós me assistiríeis em qualquer momento tormentoso”. Vós sabeis que lord James confiscou tudo que eu tenho. Melvillen, a quem enviei várias vezes secretamente em busca deste anel, como minha joia mais preciosa, diz que ele não me deixará tê-la. Por isso, eu imploro que tenhais compaixão de vossa boa irmã e prima, e que acrediteis que não tendes uma parenta mais afetuosa no mundo. Vós deveríeis também considerar a importância do exemplo praticado contra mim (ALENCAR, 2016: 18).

Eu suplico que sejais cuidadosa em que ninguém saiba que vos tenho escrito, porque isso poderia causar-me ser pior tratada do que sou agora. Eles jactam-se de que seus amigos em vossa corte informar-lhes-ão de tudo que vós dizeis e fazeis. Deus guarde-vos de infortúnios, e conceda-me paciência e Sua graça para que um dia eu possa referir minhas calúnias para vós, quando eu contar-vos-ei mais do que me atrevo a escrever, o que poderá resultar em não pouco serviço para vós (ALENCAR, 2016: 18).

Desamparada e sem respostas de sua prima, em maio de 1568 ela fugiu de sua prisão, com um exército de aproximadamente seis mil homens, e entrou em conflito com o Conde de Moray, o regente do seu filho Jaime. Entretanto, ela foi derrotada e sua única saída foi se refugiar na Inglaterra de Elizabeth. Segundo Churchill (1960), ali ela se tornou uma ameaça ainda maior para Elizabeth, pois se tornou foco de conspirações contra a vida de sua prima, além de ameaçar o protestantismo de Elizabeth.

Durante dezenove anos Mary Stuart ficou presa na Inglaterra, vivendo entre os luxos da nobreza, porém, isolada. Até que, em 1586, ela foi acusada de participar de uma conspiração contra Elizabeth, denominada de conspiração de Babington. Declarada culpada, no dia 8 de fevereiro de 1587, Mary, a rainha da Escócia, foi executada por decapitação. Antonia Fraser, em sua obra *Mary: Queen of Scots (1988)*, traz algumas declarações de Mary sobre as acusações. A autora afirma que Mary acreditava fielmente que sua execução foi uma estratégia política, motivada pelas disputas religiosas entre os protestantes e católicos. Ao defender sua fé católica, Mary escreveu: “Por mim mesma, estou decidida a morrer por minha religião... Com a ajuda de Deus, morrerei na fé católica e a mantereí constantemente... sem desonrar a raça de Lorraine, que está acostumada a morrer pelo sustento da fé” (1988: 576)³⁴.

Não há comprovação do envolvimento de Mary na dita conspiração, e, em sua última carta, a rainha afirmou não fazer parte dessa tentativa de derrubar Elizabeth. Mary nunca admitiu ter participado do complô contra a prima; pelo contrário, ela sempre negou veementemente qualquer envolvimento na trama para assassinar a rainha inglesa. Nas cartas

³⁴ “For myself, I am resolute to die for my religion... With God’s help, I shall die in the Catholic faith and to maintain it constantly ... without doing dishonour to the race of Lorraine, who are accustomed to die for the sustenance of the faith”.

que escreveu em sua defesa, ela afirmou sua inocência e disse que nunca teve a intenção de prejudicar a rainha ou o trono inglês. Mary argumentou que estava sendo vítima de calúnias e que seus inimigos estavam tentando difamá-la para manchar sua reputação. Ela deixou bem clara sua posição ao escrever: “como Rainha e Soberana, não estou ciente de nenhuma falha ou ofensa pela qual devo prestar contas a ninguém aqui embaixo... portanto, não poderia ofender, e eu não desejo perdão; eu não busco, nem aceitaria isso de ninguém vivo” (1988: 580)³⁵.

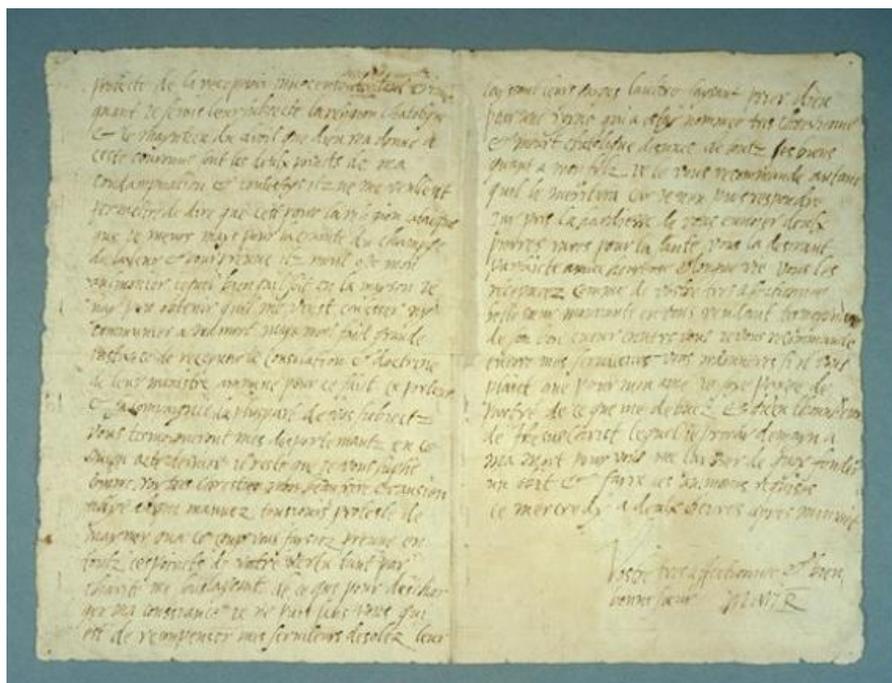


Imagem 3 – Carta escrita por Mary, endereçada ao rei Henrique III da França³⁶

Em sua última carta, direcionada ao rei Henrique III, Mary mais uma vez se declarou inocente das acusações e afirmou que o motivo de sua condenação era pautado em sua religião. Por ser uma líder católica, os líderes protestantes e sua prima Elizabeth a viam como uma ameaça à liderança protestante na Inglaterra. Portanto, Mary defendeu a tese de que o principal motivo para o fim de sua vida foi a sua fé católica.

É evidente, ao decorrer deste trabalho, a influência das disputas religiosas durante a regência de Mary Stuart. O contexto da Reforma Protestante e a influência dos Lordes da Congregação durante todo o período em que Mary governou a Escócia demonstram as

³⁵ “As Queen and Sovereign, I am aware of no fault or offence for which I have to render account to anyone here below. ...” “As therefore I could not offend, I do not wish for pardon; I do not seek, nor would I accept it from anyone living.”

³⁶ Disponível em: <https://rainhastragicas.com/2020/02/09/me-encontro-inocente-de-qualquer-crime-a-ultima-vontade-e-o-testamento-de-mary-stuart/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

tentativas de limitação do seu poder, e, além disso, a relutância por parte dos protestantes (em específico John Knox) em aceitar um país governado por uma mulher católica. Essa oposição criou um cenário de pouca autonomia por parte da líder, que resultou na sua abdicação forçada em 1567 em nome do seu filho, Jaime. A perseguição protestante contra Mary não se iniciou com sua prisão na Escócia. Mary foi alvo desses homens durante todos os anos de sua vida, portanto, seu gênero e a sua religião foram os principais fatores que culminaram na sua condenação.

CONCLUSÃO

De acordo com Louise Tilly (1994), um aspecto fundamental para o estudo da História das Mulheres é o seu aspecto descritivo e interpretativo, que considera a experiência das mulheres um fato para ser descoberto e escrito. Ou seja, pensar na História das Mulheres, é, além de falar sobre grandes feitos, entender a experiência pessoal dessas mulheres como fonte histórica, seja por suas vivências, suas opiniões e suas contribuições para o estudo historiográfico. Portanto, podemos compreender que os debates em relação ao reinado de Mary nos mostram como a política não pode ser estudada sem compreender outras questões sociais, como, no caso de Mary, seu gênero. E, com isso, se compreende que pensar nas rainhas medievais a partir do conceito de *queenship* é repensar em toda uma escrita/interpretação historiográfica em relação a essas mulheres.

Os debates em relação aos anos de regência de Mary Stuart são mais amplos do que em relação a sua morte. Vários questionamentos estão presentes nos escritos de vários historiadores, como as diferenças entre as estratégias políticas de Mary e sua prima Elizabeth, e até que ponto as duas tiveram êxito. Como foi ressaltado durante este artigo, o fato de Mary ser mulher carregou sua vida desde seu nascimento. Por ter nascido em uma sociedade patriarcal, Mary teve que lidar com as tentativas de dominação masculina por ser mulher. Entretanto, Elizabeth – que também era uma mulher dentro de uma sociedade patriarcal – usando a estratégia de não se casar, por não admitir ter menos poder que um homem no seu próprio país, tornou-se uma líder poderosa e uma das mais importantes da história da Inglaterra, fazendo com que ninguém além da morte, conseguisse tirar sua coroa.

Por outro lado, dentro da corte, manter a linhagem é um dos pontos mais importantes para os monarcas de seus países. Por casar-se, Mary cumpriu com seu dever dentro da monarquia: Jaime, seu filho, tornou-se rei da Escócia, e, após a morte de Elizabeth – que não deixou herdeiros –, tornou-se rei da Inglaterra. É importante ressaltar que a linhagem era vista como uma questão de importância primordial na monarquia, pois a continuidade da dinastia foi um fator de estabilidade política e social para esse regime. Portanto, ao analisarmos a rainha a partir do conceito de *queenship* podemos perceber que Mary vingou em um determinado aspecto, enquanto Elizabeth em outro. E pensar nas construções narrativas das duas monarcas, juntamente com seus contextos históricos, é necessário para entendermos os lados positivos e negativos de suas estratégias políticas, e, para além disso, entendermos, como no caso de Mary Stuart nesta pesquisa, as rainhas e suas estratégias com outros olhares.

Dessa forma, retomando ao que foi pontuado na introdução deste texto, é importante entender que todo historiador faz parte de um determinado “lugar social”, o que explica sua ideologia está constantemente pautada em suas experiências pessoais – tornando impossível separar essas vivências do fazer história. Portanto, podemos perceber que os debates em relação ao reinado de Mary nos mostram como a política não pode ser estudada sem compreender outras questões sociais, como, no caso dela, seu gênero e suas imposições a partir deste. E, com isso, entender que estudar as rainhas medievais a partir do conceito de *queenship* é repensar em toda uma escrita e interpretação historiográfica em relação a essas mulheres, que podiam se destacar por vários caminhos, como a erudição.

REFERÊNCIAS

1. Fontes primárias (documentos)

ARBUTHNOT, P. Stewart-McKenzie. **Queen Mary's Book: a Collection of Poems and Essays by Mary Queen of Scots.** London: George Bell and Sons, 1907. Disponível em: <https://archive.org/details/queenmarysbookco00maryuoft>. Acesso em: 12 abr. 2023.

KNOX, John. ARBER, Edward. **The First Blast of the Trumpet against the monstrous regiment of Woman.** London, University College, n. 2, 1878. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/9660>. Acesso em: 14 mai. 2022.

2. Fontes secundárias (bibliografia)

ALENCAR, Flávio Lemos. Protestantismo e política na Escócia de Maria Stuart (1542-1567). **Aquinate**, n. 29, 2016. Disponível em: <http://www.aquinate.com.br/textos/protestantismo-e-politica-na-escocia-de-maria-stuart-1542-1567/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BARROS, José D'Assunção. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/144>. Acesso em: 16 mai. 2022.

CHURCHILL, W. **História dos povos de língua inglesa: o novo mundo.** São Paulo: IBRASA, 1960.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DAWSON, Jane E. A. **The Politics of religion in the age of Mary, Queen of Scots.** New York: Cambridge University, 2002.

EARENFIGHT, Theresa. **Queenship in Medieval Europe.** New York: Palgrave MacMillan, 2013.

FRASER, Antonia. **Mary Queen of Scots.** London: Weidenfeld & Nicolson, 1969.

GUY, John. **Mary Queen of Scots: Queen Without a Country.** New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2004.

HELIODORA, Barbara. **A Expressão Dramática do Homem Político em Shakespeare.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

KOCKA, Jürgen. Para Além da Comparação. **Esboços**, v. 21, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p279>. Acesso em: 12 abr. 2023.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Tempo**, v. 20, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/RsMtSYwQHdhh9vqYLrLZQLw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MCDUGALL, Sara. **Bigamy and Christian Identity in Late Medieval Champagne**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012.

MOURA Solange Maria. Araújo, Maria de. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 24 (1), 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/3sCV35wjck8XzbyhMWhrzG/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. Ser mulher na Idade Média. **Textos de História**, v. 5, n. 1, 1997. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27754>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PARSONS, John Carmi (ed.). **Medieval Queenship**. New York: St. Martin's Press, 1993.

PLOWDEN, Jane. **Two Queens in One Isle: The Deadly Relationship of Elizabeth I and Mary Queen of Scots**. Exeter (UK): David & Charles, 1984.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise crítica. **Educação & Realidade**, v. 20, n.2, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 8 out. 2022.

SANTOS, Danielle de Oliveira. Queenship: considerações sobre um conceito. In: ANTUNES, Aline Ferreira (org.). **História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades**. Ponta Grossa: Atena, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/historia-sujeitos-teorias-e-temporalidades-2>. Acesso em: 12 abr. 2023.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu** (3), 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>. Acesso em: 8 out. 2022.

WALTON, Kristen. **Post Catholic Queen, Protestant Patriarchy: Mary, Queen of Scots and the Politics of Gender and Religion**. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura**. Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

WILLIAMS, Kate. **The Betrayal of Mary, Queen of Scots: Elizabeth I and Her Greatest Rival**. New York; London: Pegasus, 2018.